

Incentivo ao crédito

O governo federal vai promover alterações no microcrédito para estimular os bancos a fazerem empréstimos de baixo valor. Depois de alguns meses de estudo, a expectativa é de que o assunto seja apreciado na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até ontem à noite, as mudanças estavam previstas na pauta. Uma das medidas que deve ser aprovada é o aumento de R\$ 600 para R\$ 1 mil do limite de empréstimo para a pessoa física de baixa renda. Também deve haver alteração no limite para os microempreendedores, que atualmente é de R\$ 1,5 mil. Essa proposta atende a reivindicação das instituições financeiras.

O CMN deve permitir que o pequeno empresário faça o financiamento de até R\$ 10 mil, desconsiderando a existência de financiamentos pessoais. A justificativa é que os pequenos empresários não conseguem fazer esse tipo de empréstimo porque têm, por exemplo, financiamento habitacional.

Histórico

Em junho de 2003, o CMN determinou que as instituições financeiras aplicassem 2% do depósito à vista em linhas de microcrédito com juros de até 2% ao mês para a pessoa física. O cálculo de quanto deve ser aplicado pelos bancos considera os depósitos à vista feitos nos últimos 12 anos. Essa meta, no entanto, nunca foi cumprida pelas instituições financeiras, que preferem depositar o dinheiro sem remuneração no Banco Central (BC) ao invés de emprestar o dinheiro.

Até o dia 20, segundo números da autoridade monetária, os bancos haviam aplicado R\$ 986,7 milhões, sendo que a exigência era de R\$ 1,689 bilhão. Foram depositados R\$ 718,1 milhões pelas instituições financeiras nos cofres do BC sem remuneração. Os bancos dizem que um grande limitador do programa é a taxa de juros fixa de 2% ao mês, que é insuficiente para cobrir os custos operacionais de um empréstimo de baixo valor. (ES)